

# ***Linha Amarela S.A. - LAMSA***

*Demonstrações Financeiras para o Exercício  
Findo em 31 de Dezembro de 2014  
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Linha Amarela S.A. - LAMSA  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Linha Amarela S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente e legalmente separada. Acesse [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Linha Amarela S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Outros assuntos

### *Demonstrações do valor adicionado*


Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### *Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013*

As informações e os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva, datado de 20 de março de 2014.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2015

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

  
Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

## BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.524	4.139
Aplicação financeira	5	5.693	-
Contas a receber	6	12.211	11.138
Impostos a recuperar	7.a	-	1.827
Debêntures	9	8.734	1.226
Partes relacionadas	9	5.716	5.325
Despesas antecipadas		1.882	1.120
Indenizações de seguros		3.507	1.092
Outros créditos		960	717
Total do ativo circulante		<u>44.227</u>	<u>26.584</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Debêntures	9	146.676	154.170
Depósitos judiciais	8	2.882	2.737
Partes relacionadas	9	-	151
Investimento		145	145
Imobilizado	10	20.925	19.172
Intangível	11	320.687	325.059
Total do ativo não circulante		<u>491.315</u>	<u>501.434</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>535.542</b></u>	<u><b>528.018</b></u>
<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		830	1.401
Debêntures	12	22.064	3.424
Impostos, taxas e contribuições a recolher	7.b.	2.755	3.265
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7.c.	15.751	9.232
Obrigações trabalhistas		5.654	5.553
Partes relacionadas	9	1.211	3.136
Dividendos a pagar	9	-	7.002
Outras obrigações		-	717
Total do passivo circulante		<u>48.265</u>	<u>33.730</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Debêntures	12	367.923	386.722
Provisão para riscos	13	505	515
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.d.	3.897	4.232
Total do passivo não circulante		<u>372.325</u>	<u>391.469</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	14	54.118	54.118
Reservas de lucros		10.824	10.824
Dividendos adicionais		50.010	37.877
Total do patrimônio líquido		<u>114.952</u>	<u>102.819</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><b>535.542</b></u>	<u><b>528.018</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita líquida de serviços	15	260.156	233.387
Receita de construção	15	1.212	2.805
RECEITA LÍQUIDA		<u>261.368</u>	<u>236.192</u>
Custo dos serviços prestados	17	(65.265)	(59.843)
Custo de construção	17	(1.203)	(2.777)
LUCRO BRUTO		<u>194.900</u>	<u>173.572</u>
Despesas e receitas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(29.064)	(28.781)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		<u>171</u>	<u>407</u>
Total		<u>166.007</u>	<u>145.198</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	16	17.356	17.267
Despesas financeiras	16	(39.099)	(37.496)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>144.264</u>	<u>124.969</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.d	(48.767)	(39.343)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.d	<u>335</u>	<u>464</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>95.832</u>	<u>86.090</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	21	<u>613,63</u>	<u>552,63</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais)

---

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>95.832</u>	<u>86.090</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>95.832</u></u>	<u><u>86.090</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Proposta de distribuição de dividendo adicional</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>-</u>	<u>71.353</u>	<u>136.295</u>
Juros sobre capital próprio		-	-	(26.690)	(71.353)	(98.043)
Lucro líquido do exercício		-	-	86.090	-	86.090
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,1381 por lote mil ações)		-	-	(21.523)	-	(21.523)
Dividendos adicionais a distribuir (R\$ 0,2431 por lote mil ações)		-	-	(37.877)	37.877	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>-</u>	<u>37.877</u>	<u>102.819</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>-</u>	<u>37.877</u>	<u>102.819</u>
Dividendos pagos (R\$ 0,2431 por lote mil ações)	14.c	-	-	-	(37.877)	(37.877)
Dividendos intermediários (R\$ 0,2941 por lote mil ações)	14.c	-	-	(45.822)	-	(45.822)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,1538 por lote mil ações)	14.c	-	-	(23.958)	23.958	-
Dividendos adicionais a distribuir (R\$ 0,1672 por lote mil ações)	14.c	-	-	(26.052)	26.052	-
Lucro líquido do exercício		-	-	95.832	-	95.832
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>-</u>	<u>50.010</u>	<u>114.952</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		144.264	124.969
Ajustes:			
Margem de construção		(9)	(28)
Depreciação e amortização		21.802	21.987
Baixa de bens do imobilizado e intangível		56	583
Provisão para riscos		(10)	60
Variações monetárias, cambiais e encargos – líquidas		22.552	22.242
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(1.073)	1.056
Depósitos judiciais		-	(123)
Impostos correntes a recuperar	7.a	5.322	(888)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.301)	(38.879)
Despesa antecipada		(762)	(275)
Indenizações de seguros		(2.415)	(519)
Outros créditos		(243)	(576)
Partes Relacionadas	9	(2.165)	(3.498)
Fornecedores		(753)	1.325
Impostos, taxas e contribuições		(13.458)	(5.842)
Obrigações trabalhistas		101	718
Adiantamento de clientes		-	(3.665)
Outras obrigações		(717)	(6)
Caixa líquido gerados pelas atividades operacionais		<u>143.191</u>	<u>118.641</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicação financeira		6.904	27.655
Aquisição de intangível	11	(14.466)	(6.650)
Aquisição de imobilizado	10	(4.582)	(8.434)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(12.144)</u>	<u>12.571</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamento juros de empréstimos	12	(38.961)	(36.461)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	14.c	(90.701)	(126.971)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(129.662)</u>	<u>(163.432)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u><u>1.385</u></u>	<u><u>(32.220)</u></u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		4.139	36.359
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>5.524</u>	<u>4.139</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u><u>1.385</u></u>	<u><u>(32.220)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas		283.986	258.943
Prestação de serviço	15	285.003	255.731
Receita de construção	15	1.212	2.805
Provisão para devotes duvidosos		(2.400)	-
Outras receitas		171	407
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(42.306)	(42.293)
Custos de serviços prestados		(21.339)	(20.871)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(19.303)	(16.515)
(Perda) / Recuperação de valores ativos		(461)	(2.130)
Custo de construção	17	(1.203)	(2.777)
Valor adicionado bruto		<u>241.680</u>	<u>216.650</u>
Retenções		(21.802)	(21.987)
Depreciação e amortização	10 e 11	(21.802)	(21.987)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>219.878</u>	<u>194.663</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	16	17.356	17.267
Valor adicionado total a distribuir		<u>237.234</u>	<u>211.930</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>237.234</u>	<u>211.930</u>
Pessoal e encargos		23.886	22.516
Remuneração direta		17.545	16.686
Benefícios		4.870	4.367
FGTS		1.458	1.375
Outros		13	88
Impostos, taxas e contribuições		78.163	65.649
Federais		63.246	52.318
Municipais		14.445	13.010
Estaduais		472	321
Remuneração capital de terceiros		39.353	37.675
Juros		39.047	37.418
Aluguéis		306	257
Remuneração de capital próprio		95.832	86.090
Lucros retidos		50.010	48.213
Dividendos		45.822	37.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Linha Amarela S.A. - LAMSA (“LAMSA” ou “Companhia”), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro – RJ, foi constituída em 21 de novembro de 1995, na forma de sociedade anônima de capital fechado, com propósito específico – SPE. Tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 480 meses contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, encerrando-se em dezembro de 2037 conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010. A LAMSA é controlada pela Investimento e Participação em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém a totalidade do capital da Companhia. Na operação da LAMSA não há o efeito da sazonalidade devido a característica da via, trafegando em média 142 mil veículos por dia.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### 2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 26 de março de 2015 pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

##### 2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

### 2.3. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

### 2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

### 2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

#### a) Receitas de construção

A Companhia é alcançada pela ICPC 01(R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18). A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.8. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado a medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

## 2.10. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão .

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## 2.11. Provisão para recuperação de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deteriorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

## 2.12. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

### 2.13. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas de pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12), levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

#### 2.14. Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

##### Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

##### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

#### 2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

## 2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

### Estimativas e premissas

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### *Impostos*

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### *Participação nos lucros e resultado (“PLR”)*

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.



## 2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

## 2.18. Instrumentos financeiros

### a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

### b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

## 2.19. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

## 2.20. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

## 2.21. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

**IFRS 9 Instrumentos Financeiros** - A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros do grupo, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. O grupo quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

**IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32** - Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O grupo não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos - O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O grupo não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

## 2.22. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

### Novos pronunciamentos contábeis

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014:

IAS 32/CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensações de Ativos e Passivos - Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.

IAS 36 - Impairment de ativos (CPC 01) - adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa.

IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (CPC 38) - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.

- b) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigentes:

#### Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014:

- Alteração no IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados - alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço.
- Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 - pequenas alterações nos pronunciamentos existentes.

#### Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* - aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.

- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- Alterações no pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de “*bearer plants*” no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras, no entanto não são esperados impactos.

### 3. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi iniciado em janeiro de 1998, com prazo de 40 anos, concessão que foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-“E”.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, estimadas em R\$251.698, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente à melhoria da fluidez viária, como segue:

- Construção de um viaduto na Abolição conectando os trechos da Rua Abolição.
- Construção de 2 viadutos em Bonsucesso, ligando as Av. Itaoca e Av. Democráticos às Av. Londres e Rua Aguiar Moreira.
- Viadutos de interseção nas Av. Américas e Av. Salvador Allende.
- Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente a Fiocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho.
- Recuperação do pavimento na Linha Vermelha.
- Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha.
- Construção de pista na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno.
- Ampliação do viaduto de Manguinhos e de seus acessos.
- Urbanização de parques lineares em torno da via.

Como contrapartida destes Investimentos, que foram realizados e concluídos pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos, estendendo até 2037, e reajuste da tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015.

De acordo com o contrato de concessão, a tarifa é ajustada anualmente no 1º dia de cada ano. No dia 04 de janeiro de 2015 ocorreu o reajuste contratual da tarifa.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	3.090	4.139
Certificados de Depósito Bancário - CDB	2.434	-
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5.524</u>	<u>4.139</u>

As aplicações em CDB's são remunerados por taxas que variam entre 90% e 100% e o mesmo possui liquidez diária podendo os valores serem resgatados a qualquer momento sem alteração significativa de valor.

#### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa média</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2014</u>
Fundo exclusivo	100,69%	nov/26	
Letras financeiras do tesouro			223
Certificados de Depósito Bancário - CDB			796
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional			53
Debênture			<u>4.621</u>
			<u>5.693</u>

Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Fazem parte deste fundo, a Invepar, o MetroBarra, o MetrôRio, a Via 040 e a LAMSA.

#### 6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pedágio eletrônico(a)	12.183	10.016
Outros	<u>29</u>	<u>30</u>
	<u>12.211</u>	<u>11.138</u>

(a) Receita de pedágio apurada pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da via. Em 31 de dezembro de 2014 não havia valores vencidos nas contas a receber da Companhia referentes a esta modalidade de cobrança, seu prazo médio de recebimento é de 30 dias.

	<u>31/12/2014</u>
Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosos	
Saldo no início do período	-
Adições	(2.400)
Reversões	2.400
Saldo no fim do período	-

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 90 dias e o histórico de perdas com contas a receber..

## 7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Impostos retidos na fonte (a)	-	1.699
Imposto sobre serviços	<u>-</u>	<u>128</u>
Total	<u>-</u>	<u>1.827</u>

(a) Os impostos retidos na fonte referem-se as operações financeiras.

### b) Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto sobre serviço	1.348	1.132
Impostos retidos na fonte	287	953
Contribuição para financiamento da seguridade social - Cofins	763	670
Programa de integração social - PIS	165	145
Outros	<u>192</u>	<u>365</u>
Total	<u>2.755</u>	<u>3.265</u>

### c) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda	11.429	6.623
Contribuição social	<u>4.322</u>	<u>2.609</u>
Total	<u>15.751</u>	<u>9.232</u>

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Fundamento para realização</u>
Provisão para riscos	172	192	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Provisões não dedutíveis	269	-	Expectativa de realização conforme realização da despesa/custo.
Participação nos lucros e resultados	1.021	933	Expectativa de realização conforme pagamento de participação nos lucros e resultados da CIA.
Regime Tributário de Transição - RTT(*)	(5.359)	(5.357)	Expectativa de realização conforme definido pela Lei 12.973/14, Inciso IV do artigo 69.
	(3.897)	(4.232)	
Impostos diferidos – Ativo	1.462	1.125	
Impostos diferidos – Passivo	(5.359)	(5.357)	

(\*) Refere-se a amortização do investimento até 2037 e margem de construção.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>31/12/2014</u>
2015	1.322
2016	32
2017	32
2018	32
2019	32
2020	<u>12</u>
	<u>1.462</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	144.265	124.969
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(49.050)	(42.489)
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período		
Adições permanentes	(808)	(1.059)
Exclusões permanentes	168	3.951
Outros	<u>1.258</u>	<u>718</u>
Total dos impostos no resultado	(48.432)	(38.879)
IR e CSLL correntes	(48.767)	(39.343)
IR e CSLL diferidos	335	464

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Civil	91	91
Tributário	2.630	2.485
Trabalhista	<u>161</u>	<u>161</u>
Total	<u>2.882</u>	<u>2.737</u>

Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco.

Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o valor depositado judicialmente será recuperado, não sendo necessária a constituição de provisão para riscos.

## 9. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas a taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.



Composição

		31/12/2014					
		Ativo		Passivo		Resultado	
		Não		Não			
<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>(Despesas)</u>
INVEPAR	Nota de débito (a)	46	-	(836)	-	44	(8.151)
CART	Nota de débito	118	-	-	-	-	-
PEX	Nota de débito	41	-	-	-	148	-
	Contas a receber /						
PEX	Contas a pagar (b)	5.025	-	(375)	-	-	-
VPR	Nota de débito	363	-	-	-	363	-
Via 040	Nota de débito	90	-	-	-	90	-
METRÓRIO	Nota de débito	33	-	-	-	33	-
METRÓRIO	Debênture (c)	8.734	146.676	-	-	15.546	-

		31/12/2013					
		Ativo		Passivo		Resultado	
		Não		Não			
<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>(Despesas)</u>
INVEPAR	Nota de débito (a)	13	-	(1.302)	-	-	(8.000)
INVEPAR	Dividendos	-	-	(7.002)	-	-	-
CART	Nota de débito	41	-	-	-	41	-
LAMBRA	Nota de débito	329	-	-	-	329	-
PEX	Nota de débito	-	151	-	-	151	-
PEX	Repassé (b)	4.942	-	(1.834)	-	-	-
METRÓRIO	Debênture (c)	1.226	154.170	-	-	14.696	-

- (a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- (b) O saldo de contas a receber é basicamente composto por R\$5.025 em 31 de dezembro de 2014 (R\$4.942 em 31 de dezembro de 2013) junto à parte relacionada PEX S.A., empresa controlada pela Invepar. Tal saldo a receber se refere à cobrança automática de pedágios (“Passé Expresso”), em que o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, sendo o valor da tarifa, automaticamente, debitado a partir de um sistema pré-pago, sendo esse serviço prestado pela PEX S.A. O prazo médio de recebimento é de 40 dias e não há cobrança de taxa de administração pelo serviço prestado. O saldo do contas a pagar é composto por R\$376 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.834 em 31 de dezembro de 2013), referente à repasse de créditos de usuários.
- (c) Debêntures

Conforme descrito na nota explicativa 12, em 31 de julho de 2012, a Companhia efetuou a aquisição de debêntures no montante de R\$154.170 da Concessão Metroviário do Rio de Janeiro S.A - MetrôRio, empresa controlada pela Invepar.

As Debêntures emitidas pela LAMSA farão jus à remuneração da TR calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de maio e novembro, e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme previsto contratualmente). O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão. O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027.

Descrição	31/12/2013	Juros amortizados	Juros incorridos	Transferência	31/12/2014
Ativo circulante					
Debênture Lamsa x MetrôRio	<u>1.226</u>	<u>(15.532)</u>	<u>15.546</u>	<u>7.494</u>	<u>8.734</u>
	<u>1.226</u>	<u>(15.532)</u>	<u>15.546</u>	<u>7.494</u>	<u>8.734</u>
Ativo não circulante					
Debênture Lamsa x MetrôRio	<u>154.170</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.494)</u>	<u>146.676</u>
	<u>154.170</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.494)</u>	<u>146.676</u>
Total de debêntures	<u>155.396</u>	<u>(15.532)</u>	<u>15.546</u>	<u>-</u>	<u>155.410</u>

### Remuneração da administração

Em 29 de abril de 2014, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 2.271.

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros da Administração, está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$1.207 em 31 de dezembro de 2014 (R\$996 em 31 de dezembro de 2013).

Composição	31/12/2014	31/12/2013
Pró-labore	742	463
Encargos	148	295
Bônus	178	152
Outros benefícios de curto prazo	<u>139</u>	<u>86</u>
Total	<u>1.207</u>	<u>996</u>

## 10. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2014
Custo						
Etiquetas eletrônicas	20	274	-	-	-	274
Instalações	10	3.559	-	-	-	3.559
Máquinas e equipamentos	10	10.652	270	(1)	1.114	12.035
Móveis e utensílios	10	1.025	48	(1)	-	1.072
Veículos	20	4.913	525	(477)	-	4.961
Benfeitorias	4	3.281	318	-	9	3.608
Equipamentos de informática	20	3.656	169	(30)	40	3.835
Imobilizado em andamento		<u>4.623</u>	<u>3.301</u>	<u>-</u>	<u>(1.163)</u>	<u>6.671</u>
		31.983	4.631	(509)	-	36.105

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2014
Depreciação						
Etiquetas eletrônicas		(181)	(22)	-	-	(203)
Instalações		(2.179)	(451)	-	-	(2.630)
Máquinas e equipamentos		(3.909)	(1.070)	2	-	(4.977)
Móveis e utensílios		(591)	(80)	1	-	(670)
Veículos		(2.518)	(682)	421	-	(2.779)
Benfeitorias		(794)	(136)	-	-	(930)
Equipamentos de informática		<u>(2.639)</u>	<u>(381)</u>	<u>29</u>	-	<u>(2.991)</u>
		<u>(12.811)</u>	<u>(2.822)</u>	<u>453</u>	-	<u>(15.180)</u>
Imobilizado líquido		<u>19.172</u>	<u>1.809</u>	<u>(56)</u>	-	<u>20.925</u>

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2012	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2013
Custo						
Proteção acústica	4	520	-	(520)	-	-
Etiquetas eletrônicas	20	5.378	101	(5.025)	-	274
Instalações	10	3.570	-	(11)	-	3.559
Máquinas e equipamentos	10	9.195	1.515	(56)	(2)	10.652
Móveis e utensílios	10	906	183	(64)	-	1.025
Veículos	20	4.956	1.460	(1.505)	2	4.913
Benfeitorias	4	3.276	5	-	-	3.281
Equipamentos de informática	20	3.189	547	(80)	-	3.656
Imobilizado em andamento		-	<u>4.623</u>	-	-	<u>4.623</u>
		30.990	8.434	(7.441)	-	31.983
Depreciação						
Proteção acústica		(308)	-	308	-	-
Etiquetas eletrônicas		(4.957)	(194)	4.970	-	(181)
Instalações		(1.712)	(474)	7	-	(2.179)
Máquinas e equipamentos		(3.001)	(929)	20	1	(3.909)
Móveis e utensílios		(558)	(68)	35	-	(591)
Veículos		(3.356)	(617)	1.456	(1)	(2.518)
Benfeitorias		(663)	(131)	-	-	(794)
Equipamentos de informática		<u>(2.317)</u>	<u>(384)</u>	<u>62</u>	-	<u>(2.639)</u>
		<u>(16.872)</u>	<u>(2.797)</u>	<u>6.858</u>	-	<u>(12.811)</u>
Imobilizado líquido		<u>14.118</u>	<u>5.637</u>	<u>(583)</u>	-	<u>19.172</u>

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não foram identificadas indicações de ativos corpóreos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

A companhia não possui ativos dados em garantia nas operações de financiamento.

## 11. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014
Intangível - custo					
Software	5 anos	5.776	210	-	5.986
Sistema automatizado	10 anos	254	-	-	254
Direitos de concessão (amortização até 2037)	40 anos	459.760	1.921	-	461.681
Intangível em construção (*)		<u>5.346</u>	<u>12.477</u>	-	<u>17.823</u>
		<u>471.136</u>	<u>14.608</u>	=	<u>485.744</u>
Intangível -amortização					
Amortização acumulada software e sistemas automatizados		(4.370)	(275)	-	(4.645)
Direitos de concessão		<u>(141.707)</u>	<u>(18.705)</u>	-	<u>(160.412)</u>
		<u>(146.077)</u>	<u>(18.980)</u>	-	<u>(165.057)</u>
Intangível líquido		<u>325.059</u>	<u>(4.372)</u>	=	<u>320.687</u>

(\*) A adição do intangível em construção refere-se a construção do prédio administrativo e revitalização dos viadutos.

	Prazo de vida útil	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
Intangível - custo					
Software	5 anos	5.375	401	-	5.776
Sistema automatizado	10 anos	254	-	-	254
Direitos de concessão (amortização até 2037)	40 anos	458.829	931	-	459.760
Intangível em construção (*)		-	<u>5.346</u>	-	<u>5.346</u>
		<u>464.458</u>	<u>6.678</u>	=	<u>471.136</u>
Intangível -amortização					
Amortização acumulada software e sistemas automatizados		(3.872)	(498)	-	(4.370)
Direitos de concessão		<u>(123.015)</u>	<u>(18.692)</u>	-	<u>(141.707)</u>
		<u>(126.887)</u>	<u>(19.190)</u>	-	<u>(146.077)</u>
Intangível líquido		<u>337.571</u>	<u>(12.512)</u>	=	<u>325.059</u>

Em 31 de dezembro de 2014 não foram identificadas indicações de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

A companhia não possui intangíveis dados em garantia nas operações de financiamento.

## 12. DEBÊNTURES

Em 31 de maio de 2012, a Companhia emitiu 386.722 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, perfazendo o montante de R\$386.722. As Debêntures farão jus à remuneração da TR calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano. Para esta operação a Companhia apresentou como seu Fiador a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Metrôrio) e foram adquiridas pela Caixa Econômica Federal.

O prazo de vencimento das debêntures é de quinze anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de maio de 2027.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2012, no montante de R\$18.110 e o último pagamento será na data de vencimento das debêntures. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão.

Em 31 de maio de 2014 foram pagos de juros R\$18.713 e em 01 de dezembro de 2014 foram pagos R\$20.249, totalizando um montante de R\$38.961, de juros a Caixa Econômica Federal.

Parte dos recursos captados por meio da Emissão, no valor de R\$232.552, foi utilizada pela Companhia para financiamentos de até 90% de cada um dos Projetos previstos em seu Plano de Investimentos. A parte remanescente da Emissão, no valor de R\$154.170, foi utilizado para financiamento de até 90% dos Projetos do Fiador, previstos em seu Plano de Investimentos do Fiador. Em 31 de agosto de 2012 houve o repasse total deste montante para o Fiador. As condições do repasse realizado ao MetrôRio são as mesmas da LAMSA junto à Caixa Econômica Federal e estão divulgados na nota 9.

Durante o prazo de vigência das Debêntures será considerada um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas limite mínimo 1,5 (um inteiro e cinco décimos); e (2) Dívida Líquida/ EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses. A Companhia, em 31 de dezembro de 2014, atendeu as referidas condições restritivas.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Juros amortizados</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivo circulante					
Debênture CEF	<u>3.424</u>	<u>(38.961)</u>	<u>38.802</u>	<u>18.799</u>	<u>22.064</u>
	<u>3.424</u>	<u>(38.961)</u>	<u>38.802</u>	<u>18.799</u>	<u>22.064</u>
Passivo não circulante					
Debênture CEF	<u>386.722</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.799)</u>	<u>367.923</u>
	<u>386.722</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.799)</u>	<u>367.923</u>
Total debêntures	<u>390.146</u>	<u>(38.961)</u>	<u>38.802</u>	<u>-</u>	<u>389.987</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Juros amortizados</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2013</u>
Passivo circulante					
Debênture CEF	<u>2.947</u>	<u>(36.461)</u>	<u>36.938</u>	<u>-</u>	<u>3.424</u>
	<u>2.947</u>	<u>(36.461)</u>	<u>36.938</u>	<u>-</u>	<u>3.424</u>
Passivo não circulante					
Debênture CEF	<u>386.722</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>386.722</u>
	<u>386.722</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>386.722</u>
Total debêntures	<u>389.669</u>	<u>(36.461)</u>	<u>36.938</u>	<u>-</u>	<u>390.146</u>

### 13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cujas perdas foram consideradas como prováveis, como segue:

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	345	121	(32)	434
Cíveis	<u>170</u>	<u>110</u>	<u>(209)</u>	<u>71</u>
Total	<u>515</u>	<u>231</u>	<u>(241)</u>	<u>505</u>

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2013</u>
Trabalhistas	297	117	(69)	345
Cíveis	<u>158</u>	<u>24</u>	<u>(12)</u>	<u>170</u>
Total	<u>455</u>	<u>141</u>	<u>(81)</u>	<u>515</u>

#### Riscos possíveis

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversos processos os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda como se segue:

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas	721	679
Cíveis	3.475	2.897
Tributárias	1.915	1.858
Administrativo	<u>21</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.132</u>	<u>5.434</u>

#### a) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

#### b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

#### c) Riscos tributárias

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, relativa ao Auto de Infração lavrado pela Receita Federal referente a retenção e recolhimento indevidos do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) ano calendário de 2000, por se tratar de um pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, conforme detalhado na nota explicativa 8.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que não existe a necessidade de ser constituída a provisão para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisão desfavorável.

#### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2014 é de R\$54.118, divididos em 155.782.236 ações, sendo 51.927.409 ações ordinárias e 103.854.827 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

b) Reserva de lucros - legal

A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, essa reserva é no montante de R\$10.824, atingindo o limite máximo de 20% do capital social da Companhia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente o estatuto social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo esta uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

Conforme reunião do conselho de administração de 19 de setembro de 2013 e posteriormente rerratificada pela ata de Reunião do Conselho de Administração, celebrada em 20 de dezembro de 2013, no ano de 2013 foram pagos os dividendos e juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2013 no montante de R\$48.213, restando em 31 de dezembro de 2013 o saldo em aberto de R\$7.002. Este montante foi pago em 7 de fevereiro de 2014.

No dia 28 de março de 2014 o montante de R\$20.000 dividendos foram pagos referentes ao ano de 2013.

No dia 22 de julho de 2014 o montante de R\$17.877 dividendos foram pagos referentes ao ano de 2013.

Conforme reunião do conselho de administração de 18 de agosto de 2014, a Companhia provisionou o montante de R\$45.822 referente a dividendos propostos, com base no resultado acumulado até 30 de junho de 2014.

No dia 18 de setembro de 2014 o montante de R\$26.253 dividendos foram pagos.

No dia 16 de outubro de 2014 o montante de R\$10.000 dividendos foram pagos.

No dia 13 de novembro de 2014 o montante de R\$6.220 dividendos foram pagos.

No dia 19 de dezembro de 2014 o montante de R\$3.349 dividendos foram pagos, finalizando o montante de RS 45.822 de dividendos propostos em 25 de agosto de 2014.

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2014, foi destinado como dividendos mínimo obrigatório o montante de R\$22.760 (31 de dezembro de 2013 R\$20.446).

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	95.832	86.090
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>23.958</u>	<u>21.523</u>
Dividendos adicionais a distribuir	26.052	26.690
Dividendos intermediário atribuído ao mínimo obrigatório	45.822	37.877

As ações preferenciais não tem direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

#### 15. RECEITA OPERACIONAL, LÍQUIDA

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita bruta de pedágio	285.003	255.731
Receita de contrato de construção	1.212	2.805
PIS Cumulativo - Receita de pedágio	(1.853)	(1.662)
COFINS Cumulativo - Receita de pedágio	(8.550)	(7.673)
ISS - Receita de pedágio	<u>(14.444)</u>	<u>(13.009)</u>
Receita operacional líquida	<u>261.368</u>	<u>236.192</u>

#### 16. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Descontos obtidos	23	9
Juros sobre aplicações financeiras	1.608	1.408
Juros ativos	-	19
Variação monetária ativa	179	239
Variação cambial ativa	-	55
Juros sobre debêntures partes relacionadas	15.546	14.696
Outros	<u>-</u>	<u>841</u>
Total receitas financeiras	<u>17.356</u>	<u>17.267</u>
Comissões e despesas bancárias	(169)	(467)
Variações cambiais passivas	(12)	-
Juros sobre debêntures	(38.802)	(36.938)
Outros	<u>(116)</u>	<u>(91)</u>
Total despesas financeiras	<u>(39.099)</u>	<u>(37.496)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(21.743)</u>	<u>(20.229)</u>



## 17. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pessoal e encargos	(28.090)	(26.721)
Conservação e manutenção	(15.524)	(13.685)
Comunicação, marketing e publicidade	(114)	(120)
Seguros e garantias	(1.639)	(944)
Serviços de terceiros	(4.668)	(4.630)
Veículos	(866)	(938)
Consultoria e assessoria	(996)	(787)
Aluguéis e impostos	(733)	(502)
Energia elétrica	(1.958)	(2.033)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	(2.400)	-
Intercompany	(8.151)	(8.000)
Depreciação e amortização	(21.802)	(21.987)
Custo de construção	(1.203)	(2.777)
Outros	<u>(7.388)</u>	<u>(8.277)</u>
	<u>(95.532)</u>	<u>(91.401)</u>
Custo de serviços prestados	(65.265)	(59.843)
Despesas gerais e administrativas	(29.064)	(28.781)
Custo de construção	<u>(1.203)</u>	<u>(2.777)</u>
	<u>(95.532)</u>	<u>(91.401)</u>

## 18. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>
Garantia	18.160	18/12/14 a 18/12/15	Austral
Responsabilidade civil geral	75.000	01/08/14 a 01/08/15	Allianz
Riscos operacionais	250.000	01/08/14 a 01/08/15	Tóquio Marine
Automóvel frota	Tabela FIPE	29/09/14 a 29/09/15	BB

## 19. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Abaixo segue uma relação com os principais contratos vigentes, para os quais os valores dos respectivos serviços são contabilizados na medida em que são prestados:

<u>Contratado</u>	<u>Serviço</u>	<u>Valor mensal</u>	<u>Data assinatura</u>	<u>Prazo vigência</u>
Vida UTI	Resgate em ambulâncias	R\$146	10/11/2008	Indeterminado
Gap Rent a Car	Resgate com guinchos	R\$72	01/01/2013	60 meses
Arjo	Segurança	R\$123	31/03/2012	Indeterminado

A Companhia não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber e debêntures. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subseqüentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras e debêntures, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação da CDI. As taxas de juros das debêntures estão vinculadas à variação da TR.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta valores a receber com as empresas, DBTRANS R\$275, Visa-Vale Pedágio R\$28, CGMP-Via Fácil R\$11.897 e ConectCar R\$10, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Clientes”.

d) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI	12,14%	9,11%	6,07%
TR ativo	1,53%	1,15%	0,77%
TR passivo	1,53%	1,91%	2,30%
SELIC	12,31%	9,23%	6,16%
IPCA	6,80%	5,10%	3,40%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

*Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros*

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Caixa e equivalente de caixa	DI	2.434	295	222	148
Aplicações Financeiras					
Fundo mover					
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	223	27	21	14
Títulos públicos federais - NTN-B	IPCA	53	4	3	2
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	796	97	72	48
Debêntures	DI	4.621	561	421	280
Debênture CEF	TR	389.987	5.967	7.459	8.950
Debênture Metrô a receber	TR	155.409	2.378	1.783	1.189

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício de 2014.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014.

## 21. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

	31/12/2014			31/12/2013		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico						
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	31.940	63.891	95.832	28.694	57.396	86.090
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações – milhares de ações	<u>51.927</u>	<u>103.855</u>	<u>155.782</u>	<u>51.927</u>	<u>103.855</u>	<u>155.782</u>
Resultado básico e diluído por ação	<u>615,09</u>	<u>615,19</u>		<u>552,58</u>	<u>552,66</u>	

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações. A Companhia não possui instrumentos diluidores.

## 22. OUTROS ASSUNTOS

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. Sancionada pelo Executivo Federal, a norma mantém os preceitos tributários existentes na MP 627, principalmente no que diz respeito à adoção antecipada da extinção do RTT ainda em 2014, que permanece como opcional, porém sem qualquer vinculação a eventos passados de distribuição de lucros, avaliação de investimentos pelo método da equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio, não existindo, desta forma, efeitos tributários para aqueles que não aderirem à opção apresentada. A Companhia avaliou os impactos desta lei e definiu que a adoção será manifestada, através da DCTF referente a dezembro de 2014 (IN 1.499/14), da seguinte forma: (i) não haverá adoção antecipada referente as regras dos art. 1º, 2º e 4º a 70 e as regras dos art. 76 a 92. A administração não espera impactos significativos no próximo exercício.

#### 24. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia possui no período a transação não caixa conforme segue abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	<u>182</u>	<u>408</u>
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamento e mútuos no resultado e não pagos	<u>3.265</u>	<u>3.424</u>
Saldo final	<u>3.447</u>	<u>3.832</u>

---